



CIARI – Centro de Investigação e Análise em Relações Internacionais

www.ciari.org

América Desaparecida

por Jorge Azevedo Correia

Nos últimos tempos tem ganho enorme predominância a ideia de que a Democracia é a grande esperança para a solução pacífica de todos os conflitos do mundo. A ideia, particularmente central na ideologia neo-conservadora americana, é uma reedição americana da concepção de “Paz Perpétua”¹, a tentativa apologético-filosófica da ambição imperial e redentora americana.

A ideia não se cinge, contudo, ao discurso político americano. Na Europa e por todo o mundo ocidental, verifica-se a emergência de uma concepção materialista, de uma divinização do domínio político, sob a capa de uma tolerância individual.

Não é infrequente ouvirem-se (geralmente a propósito dos muçulmanos) queixumes sobre a incomodidade da religião, de como esta deve estar subordinada à ditadura do “político”. O homem ocidental dos nossos dias, seja ele manifestante anti-globalização, socialista, libertário ou liberal, olha para a religião como o faz ao marxismo após a queda do Muro de Berlim: uma maravilhosa ilusão utópica, que deve ser tolerada, porquanto não colida com as pretensões da sociedade política.

Por esse facto se ouve quotidianamente que os povos do Médio Oriente precisam de deixar de ser “fundamentalistas”, ou que estariam melhor sob os valores da “paz, pão, educação”².

A modernidade trouxe um conjunto de concepções materialistas e socialistas, que agora se tentam transformar em religião³. A ideia de Direitos Humanos, seculares, racionalistas e materialistas, parecem ter ganho finalmente o predomínio sob as religiões espirituais, na apoteose da pós-modernidade.

As religiões espirituais encontram-se hoje sob uma peneira. Ou subordinam os seus fins às concepções secularistas, ou se tornam concepções privadas, religiões sem palavra sobre a vida da comunidade ou sobre os valores por esta partilhados⁴.

A superioridade da religião secularista é assim incontestável.

¹ Immanuel Kant “A Paz Perpétua e Outros Ensaios”,

² Os ideais, por excelência, do materialismo do século XX.

³ Jorge Miranda.

⁴ Encontramos por isso no Catolicismo, p. ex., um conjunto de traços contemporâneos modernistas que submetem a mensagem da Igreja às concepções políticas contemporâneas.

Para que se compreenda a ideologia do Império americano há, essencialmente, que compreender a América⁵, a forma como a América se auto-interpreta, as tensões genéticas que se mantêm ainda como decisivas na definição do Ser Americano.

A Independência dos Estados Unidos, momento fundacional da ordem política e do projecto espiritual americano, ilustra, desde logo, a tensão entre as duas interpretações da América. A forma como se compreende o momento fundacional de 1776 representa duas posturas fundamentais.

Por um lado a concepção da Independência como Revolução, postula a existência de um corte radical com tradição política ocidental anterior. A verdade revolucionária é o fundamento da sociedade. O “telos”, a finalidade da sociedade, é a implantação da concepção revolucionária de sociedade, e os propósitos do Estado são o estabelecimento dessa nova concepção. A Democracia ganha nesta concepção um pendor preponderante. É um fim e não uma forma. É um modelo de sociedade e não um regime.

Esta concepção encontra variadas formas de realização do “ideal democrático” no decorrer da história, seja no democratismo rousseauiano de Thomas Jefferson, no abolicionismo geometrista de Abraham Lincoln, no “libertarianism” e nos “expressionismos”⁶ do movimento “hippie” que transbordaram para a social-democracia de Bill Clinton.

Em sentido inverso existe uma concepção de América que não observa esse corte radical com a tradição do pensamento político anglo-saxónico. A Revolução Americana não se tratará, segundo esta visão, da emergência de um conjunto de novos valores, mas de uma interpretação dos princípios histórico-políticos, radicados na Cristandade, nas liberdades ancestrais do povo inglês, nos preceitos jurídico legais da “common law”. Esta América, a América de Roanoke e Adams, de Rossiter e Boorstin, de Kirk e Mansfield, é tributária desse acervo pré-existente, acervo que limita o democratismo popular jeffersoniano e a sua crença na soberania popular, que torna o político submetido a uma concepção que a precede e a limita, numa reverência pela Constituição.

Esta ideia revela a cisão essencial da América. A primeira perspectiva é a de uma América Democrática, um projecto político que se afirma não apenas como uma experiência de auto-governo, mas como portadora de um conjunto de ideais revolucionários. Essa Democracia afirma-se como a grande proposta de legitimidade para o século que vivemos, tanto na ordem nacional como internacional, apoiando-se nas concepções materialistas e autonomistas que provieram do Iluminismo. A Democracia deixa de ser uma “forma de governo” e ganha o pendor de ideia total de reordenação do mundo.

Esta “religião política” tem um apelo e um destino universal, ao tomar as palavras da Declaração de Independência como paradigma para todo o mundo, descontextualizando e absolutizando a ideia de liberdade nela contidos. A Democracia seria esse fim, o objectivo de sociedade construída sobre essas premissas individualistas⁷, sobre essa liberdade autonomista⁸.

⁵ A maneira como os estado-unidenses se chamam americanos, revela a forma como se interpretam como uma forma mais essencial de ideia de Novo-Mundo.

⁶ A importância da “livre-expressão” no movimento “hippie”, tributária daquilo a que Roger Scruton chamava a “grande religião do século XIX”, a filosofia alemã do “eu” de Fichte a Feuerbach a Jaspers.

⁷ Mais propriamente atomistas, na linha filosófica de Locke.

⁸ A perspectiva de liberdade como ausência de coerção explanada por Berlin.

Esta oposição revela-se na história como a tradicional oposição entre Republicanos e Conservadores. Estas, contudo, não se cingem às doutrinas partidárias⁹. Todas as vicissitudes históricas que envolvem os conceitos acabaram por esvaziar os partidos desses conteúdos originais.

Uma dessas vicissitudes históricas foi a Guerra Civil Americana. Décadas antes já J.C. Calhoun e Andrew Griffith diagnosticavam na concepção Federalista, tanto no seio dos Republicanos como dos Democratas, uma tendência para o populismo, para uma mitificação do “common man”, e uma doutrina rousseauiana da vontade geral, no que se iria consagrar como “o triunfo do materialismo” e do geometrismo racionalista nos EUA.

O geometrismo racionalista, denunciado por Calhoun, que emergiu incontestado da vitória “yankee” totalitarizou o sistema constitucional americano, revogando grande parte das liberdades dos Estados, colocando-as ao serviço da Federação, tomando-as como se encontrassem subordinadas ao objecto criado pela sua vontade. O “Norte” fez “tábua rasa” da Constituição, venerada pela concepção republicana, interpretando conceitos-chave como Democracia, Direito, Liberdade, à luz da sua vontade e não do instrumento interpretativo que fazia parte da tradição americana e da sua herança britânica.

Tomando conta dos Estados Unidos, pela subordinação da vontade dos Estados que dispunham da autonomia para se opor à Federação, a doutrina Democrática ganhou um pendor que não mais viria a perder, cristalizando-se nas posições políticas americanas, onde as posições progressistas são sempre puras e radicais, onde as posições conservadoras são sempre envoltas numa linguagem e roupagem liberal, de modo a não hostilizar a “monocultura” do politicamente correcto.

Hoje assistimos ao transbordar dessa ideia ao nível planetário, sendo o aparato “neo-conservador” um veículo difusor desses ideais de Direitos Humanos Materiais, de Liberdade como algo independente do contexto histórico do homem, da superioridade do privado face ao público, ideias liminarmente refutadas por qualquer conservador, tradicionalista ou pessoa de simples bom senso.

Encontramos no neo-conservadorismo e no radicalismo democrata, de que muito se aproxima o Labour de Tony Blair, uma afinidade fundamental: a crença na inquestionabilidade dos Direitos Humanos Iluministas, no estabelecimento da Liberdade e Democracia em todo o Mundo¹⁰.

Um novo redentor emerge, numa religião não revelada, sobreposta ao Mundo e a tudo o que lhe é precedente. A América tem um chamamento “beyond the stars”¹¹ para redimir um Mundo numa “Pax Americana”, numa Vendeia onde só a democracia e as liberdades individuais podem existir, onde os Estados Unidos agem como Alexandre da Macedónia, ditando a regra entre os povos como norma divina¹².

⁹ Richard M. Weaver, pensador confederado e profundamente conservador, defendia que os conservadores se deveriam agregar no Partido Democrático, por este defender concepções de Justiça Social e por se opor ao neo-liberalismo hayekiano do Partido Republicano.

¹⁰ Como afirmou no Parlamento no mês de passado Tony Blair, instado a pronunciar-se sobre a proximidade do seu Labour com os Republicanos de Bush.

¹¹ Como afirmou frequentes vezes o Presidente Bush.

¹² A “homonoia”, conceito herdado da aprendizagem da filosofia aristotélica”, de Alexandre era a expressão da sua vontade régia, a que os povos sob o Império se deveriam submeter como se fosse o seu Bem. De forma a tornar a norma inquestionável Alexandre tornou-se um deus, e noutros casos portador da vontade divina.

Perdeu-se na América a direita burkeana, que não quer reestruturar o mundo à sua medida¹³. Talvez se tenha perdido a América para ganhar um Império. Certo é que se perdeu alguma coisa.

¹³ Russell Kirk tomava essa visão anti-abstracta como uma das mais importantes facetas da “Conservative Mind”.